

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos

OBSERVATÓRIO DA INICIATIVA LATINO AMERICANA DE CLIMA E COMPETITIVIDADE - ILACC

EDITORIAL

A competitividade das economias da América Latina e do Caribe atravessa um momento de redefinição estrutural. A transição climática deixou de ser uma dimensão paralela ao desenvolvimento econômico e passou a condicionar, de forma crescente, o acesso a mercados, a atração de investimentos e a inserção das cadeias produtivas regionais nos fluxos globais de comércio e financiamento. Os temas reunidos nesta edição do Boletim ILACC - dos desafios das pequenas e médias empresas às novas exigências do comércio internacional, passando pelos avanços na cooperação climática multilateral - convergem para uma mesma questão central: em que medida a ALC está preparada para transformar a pressão da descarbonização em vantagem competitiva?

Essa transformação já está em curso nas principais economias do mundo. A incorporação de critérios de sustentabilidade ao comércio internacional, exemplificada pela entrada em vigor do regime definitivo do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira da União Europeia (EU CBAM) em 2026, representa uma mudança nas regras do jogo global. O custo de carbono torna-se uma variável explícita nas relações comerciais, impactando diretamente exportadores de setores como siderurgia, alumínio, fertilizantes, por exemplo. Ao mesmo tempo, a expansão dos padrões de divulgação climática corporativa, como os referenciais IFRS

S1 e S2, amplia as exigências de transparência sobre emissões ao longo das cadeias de valor, alcançando fornecedores e prestadores de serviços que, em grande parte, são pequenas e médias empresas. Para a ALC, isso significa que competir nos mercados internacionais exige, cada vez mais, demonstrar desempenho ambiental mensurável e verificável.

Em contrapartida, a região também reúne vantagens estruturais que, se adequadamente mobilizadas, podem transformar a descarbonização em diferencial de inserção internacional. A abundância de recursos naturais, o elevado potencial de geração de energias renováveis, a capacidade de produzir bens e vetores energéticos de baixo carbono com maior valor agregado, como biocombustíveis, hidrogênio verde e materiais industriais menos intensivos em emissões, e o potencial para soluções climáticas baseadas na natureza abrem oportunidades relevantes de reposicionamento produtivo. Aproveitar essas oportunidades, no entanto, requer não apenas recursos naturais, mas capacidade institucional, marcos regulatórios confiáveis, acesso a financiamento e integração às cadeias globais de conhecimento e tecnologia.

É justamente nessa dimensão que residem os desafios mais urgentes. O acesso ao financiamento climático permanece

continúa ->



"O custo de carbono torna-se uma variável explícita nas relações comerciais, impactando diretamente exportadores de setores como siderurgia, alumínio, fertilizantes, por exemplo".

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

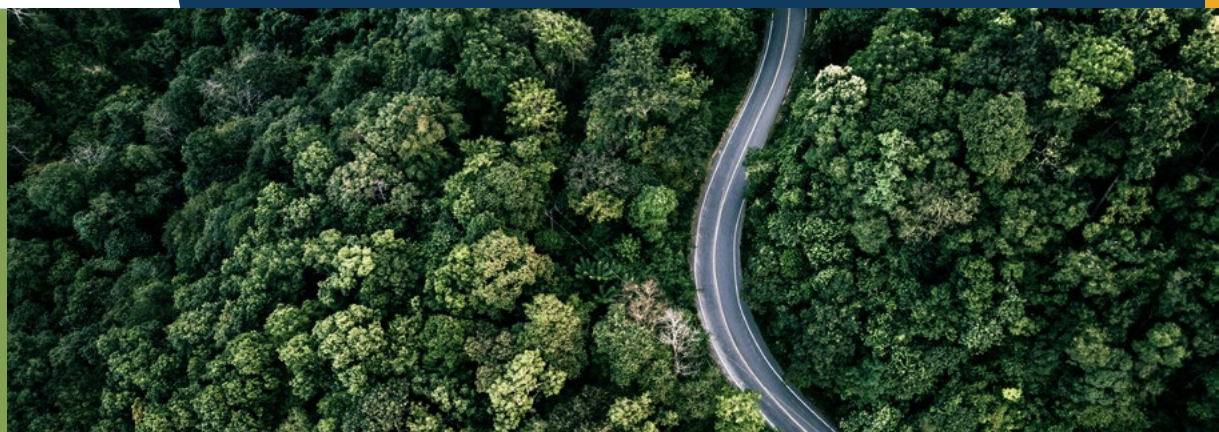
Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos



<- *continúa*

extremamente restrito. A heterogeneidade do tecido empresarial regional, associada à limitada capacidade técnica interna e à ausência de dados confiáveis sobre emissões, exige instrumentos financeiros proporcionais, assistência técnica acessível e sistemas de MRV simplificados que permitam às empresas começar de onde estão, e não de onde idealmente deveriam estar.

Fechar essa lacuna é condição necessária para que a descarbonização se torne de fato um vetor de inclusão produtiva e competitividade para o conjunto da economia regional.

O momento é, portanto, simultaneamente de urgência e de oportunidade. As transformações

em curso no comércio internacional, na regulação climática e nos fluxos de financiamento não aguardam que a ALC conclua seus processos de mobilização. Mas a região dispõe de ativos, capacidades e momentum político, reforçado pela COP30 em Belém e pelo crescente protagonismo do Brasil e de outros países latino-americanos na governança climática global, para avançar de forma estratégica.

Compreender a agenda climática como parte integrante da estratégia de desenvolvimento, competitividade e integração internacional é, mais do que nunca, uma condição para que a ALC ocupe um lugar de protagonismo na economia de baixo carbono que está sendo construída.

Juan Carlos Elorza
Director DATS
Vicepresidencia de Sector Privado



“Em contrapartida, a região também reúne vantagens estruturais que, se adequadamente mobilizadas, podem transformar a descarbonização em diferencial de inserção internacional”.



“Compreender a agenda climática como parte integrante da estratégia de desenvolvimento, competitividade e integração internacional é, mais do que nunca, uma condição para que a ALC ocupe um lugar de protagonismo na economia de baixo carbono que está sendo construída.”

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

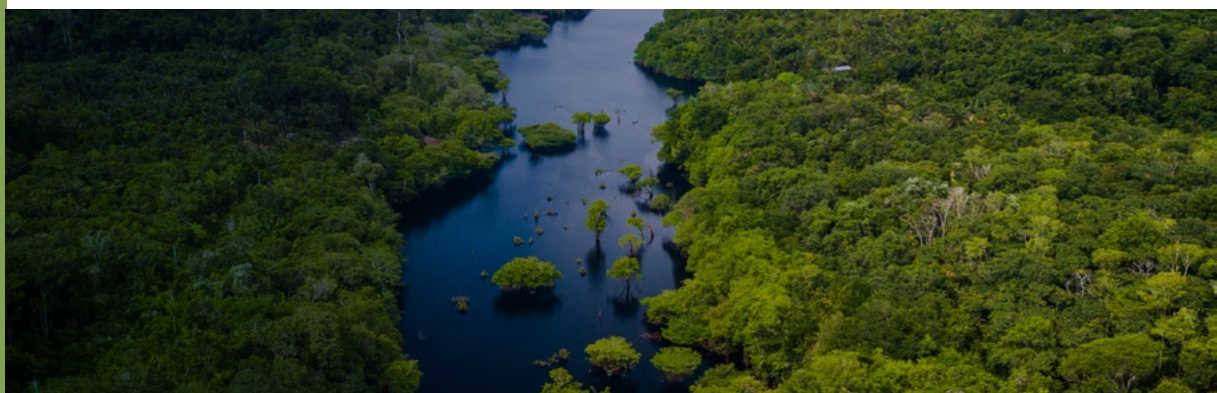
Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos

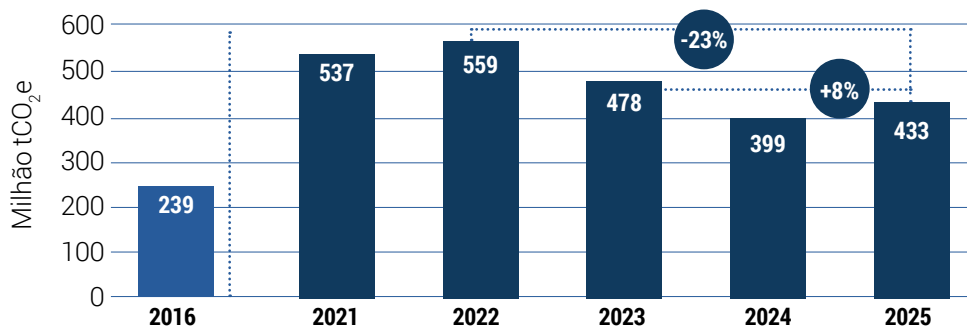
O QUE SÃO MERCADOS VOLUNTÁRIOS DE CARBONO?

PANORAMA MUNDO

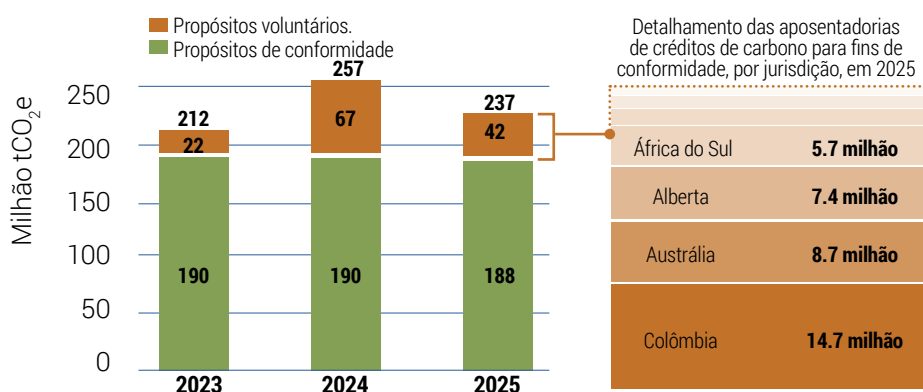


Do ponto de vista agregado, os Mercados Voluntários de Carbono (VCM) seguem em trajetória relativamente estável em 2025 e 2026. Em 2025, presenciou-se um leve crescimento na emissão de créditos de carbono no mundo, que cresceu 8% em relação a 2024, enquanto as aposentadorias de créditos de carbono tiveram leve baixa, de 10%. Ainda que a emergência de sistemas que geram demanda regulada para créditos de carbono - como o CORSIA, o Artigo 6 do Acordo de Paris e alguns programas domésticos - indique tendência de crescimento para esse mercado, o panorama geopolítico mundial tem freado um crescimento mais significativo da ambição climática, com preocupações relativas a questões como segurança nacional tendo prioridade em diversos casos. Os impactos da atual guerra no Irã no mercado de créditos de carbono, ainda em desenvolvimento e sem avaliação precisa, por exemplo, devem ser temporariamente negativos, dada a mudança em prioridades, decorrente do confronto armamentício e de suas consequências internacionais. Ainda assim, em um cenário em que as tensões internacionais se suavizem, a tendência de longo prazo de crescimento dos mercados de créditos de carbono deve permanecer. Essa visão é reforçada pelo crescimento nos acordos de offtake de créditos de carbono futuros assinados em 2025, que totalizaram USD 12 bilhões, triplicando em relação a 2024. ^[1]

Emissões de créditos de carbono no mundo



Aposentadorias de créditos de carbono no mundo



Fonte: State and trends of carbon pricing (2026) ^[1]

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

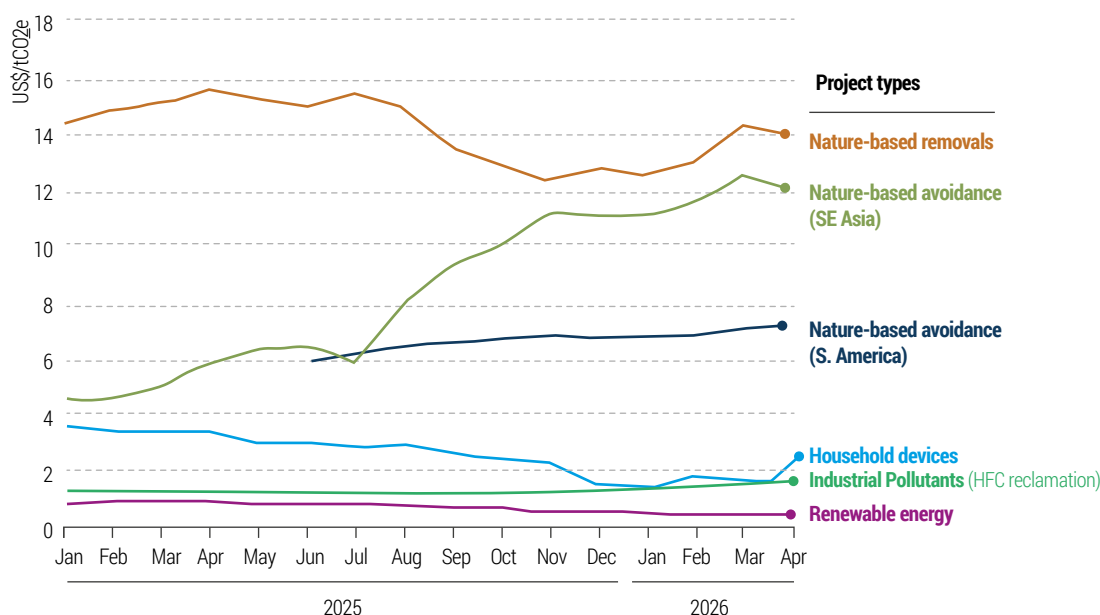
7. Eventos

O QUE SÃO MERCADOS VOLUNTÁRIOS DE CARBONO?

PANORAMA MUNDO

Outra tendência observada nos últimos anos que segue relevante é a de reforço na integridade e qualidade dos créditos de carbono. Ainda que os preços médios dos créditos de carbono tenham permanecido relativamente estáveis no mercado internacional em 2025 e início de 2026, os créditos aprovados pelo CORSIA, por exemplo, que tem critérios de elegibilidade mais ambiciosos, obtiveram um prêmio de USD 1,50 a USD 6 em relação a créditos que não obtiveram aprovação do CORSIA, sendo transacionados entre USD 15 e USD 22 no final de 2025.

Preços de créditos de carbono por tipo de projeto



Fonte: Estado y tendencias de la fijación de precios del carbono (2026) [1]

A tabela a seguir consolida os volumes cumulativos históricos emitidos e utilizados de créditos de carbono dos principais padrões de certificação independentes no mundo (VCS, Gold Standard, CAR, ACR, Plan Vivo, GCC, Climate Forward, BioCarbon, Cercarbono, ART):

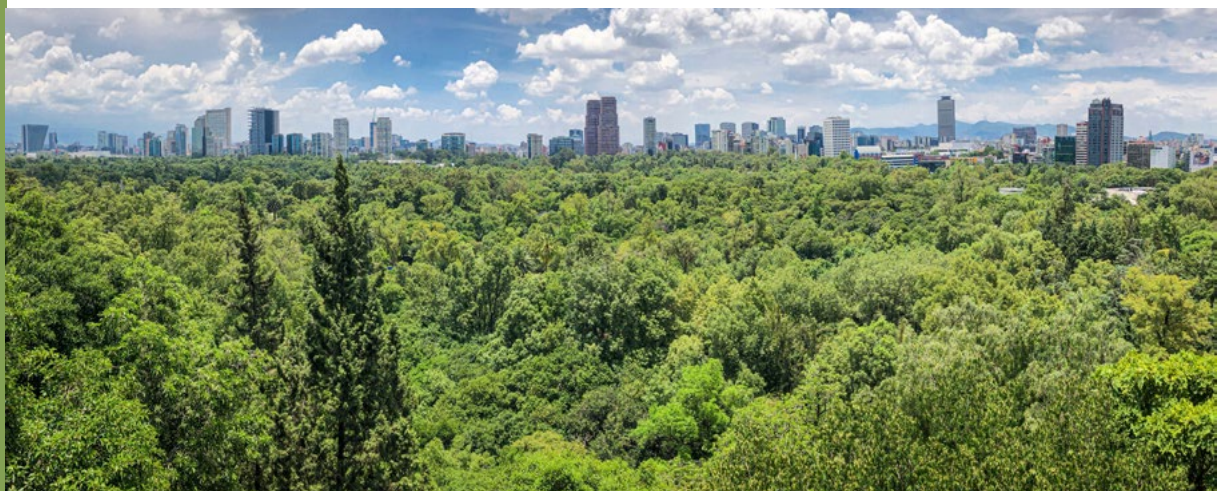
Panorama dos Créditos de Carbono no Mundo (Certificadoras independentes)

Projetos Registrados	6 652
Volume Total Emitido	2 521 068 977
Volume Utilizado/Cancelado	1 441 299 013
Volume em Circulação	1 079 769 964

Fonte: Climate Focus (2026) [2]

Ademais, importa notar que os primeiros créditos sob o novo *Paris Agreement Crediting Mechanism* (PACM) foram emitidos, para um projeto asiático relativo a cocção limpa. É esperado que mais créditos sejam emitidos em 2026.

OS MERCADOS VOLUNTARIOS DE CARBONO PANORAMA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALC)



1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos

A região ALC sempre se destacou pelo alto potencial de geração de créditos de carbono, particularmente os ligados a soluções baseadas na natureza (NBS) de base florestal. Interessantemente, a região também tem avançado enquanto demandante de créditos de carbono para suas iniciativas regulatórias domésticas de precificação de carbono. A Colômbia, por exemplo, foi a jurisdição com o maior número de aposentadoria de créditos de carbono para compliance no mundo, em virtude de seu tributo de carbono, tendo aposentado quase 15 milhões de créditos em 2025.^[1] Além da Colômbia, o Chile também se destaca e sistemas emergentes, como o SCE Brasileiro, devem gerar ainda mais demanda por créditos de carbono da região. Tais iniciativas são interessantes, pois constituem um vetor de demanda qualificada e estável que dá previsibilidade e traça regras de integridade claras para os créditos gerados nos países, fomentando a execução de projetos criteriosos e o desenvolvimento de metodologias e práticas adaptadas à realidade da região, com destaque para aquelas aplicadas ao setor florestal. Sendo assim, a região ALC caminha para se consolidar como líder não só na geração de créditos de carbono florestais, como também como líder técnica no desenvolvimento e monitoramento de projetos desta categoria.

Em um mundo em que a procura por (i) créditos de qualidade, (ii) advindos de remoções de GEE e (iii) com co-benefícios socioambientais gera um prêmio de preço a créditos com tais características, as oportunidades para a região são instigantes. Tanto projetos de conservação criteriosos e de alta qualidade, que muitas vezes estão associados a co-benefícios hídricos, de biodiversidade e, por vezes, de comunidades tradicionais, quanto, e principalmente, projetos de florestamento e reflorestamento, que adicionam a dimensão de remoções, devem ser capazes de extrair prêmios de preço significativos no mercado internacional.

Atualmente, a região ALC responde por quase **30%** do volume total de créditos de carbono em circulação emitidos por padrões independentes no mundo;

Mais de **75%** dos créditos em circulação originados na região são de base florestal, sendo a maior parte ligada a projetos de desmatamento evitado (60,9%), mas com importante participação de projetos baseados em remoções, como os de ARR (15,8%).

Em sua grande maioria, os países da região estão envolvidos em projetos de geração de créditos de carbono, com destaque para Colômbia e Brasil, que representam mais de 6% do volume global em circulação cada;

Para além das NBS, destaca-se a geração de créditos de carbono de energias renováveis, tratamento de resíduos, descarbonização industrial e dispositivos domésticos limpos.

OS MERCADOS VOLUNTARIOS DE CARBONO

PANORAMA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALC)



1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos

Volume de créditos de carbono em circulação no mundo, por fonte e país - ALC

País	Total	% Mundo	% LAC	SBN (emissões evitadas)	NBS (remoções)	Energias Renováveis	Outros
Colômbia	77 710 147	7,2 %	24,7 %	48 417 252	9 262 162	18 031 204	1 999 529
Brasil	71 342 834	6,6 %	22,6 %	45 004 125	7 718 796	6 799 418	11 820 495
Guiana	58 159 897	5,4 %	18,5 %	58 159 897	0	0	0
Peru	38 410 656	3,6 %	12,2 %	35 866 651	204 656	1 468 530	870 819
México	30 802 928	2,9 %	9,8 %	0	16 907 626	311 897	13 583 405
Panamá	13 397 069	1,2 %	4,3 %	1 382 015	6 659 566	4 865 870	489 618
Uruguay	6 651 037	0,6 %	2,1 %	0	5 261 702	1.389.335	0
Nicarágua	3 935 260	0,4 %	1,2 %	0	2 448 506	1.486.754	0
Guatemala	3 379 683	0,3 %	1,1 %	2 482 282	350 899	500	546 002
Chile	3 125 925	0,3 %	1,0 %	22 503	23 630	2 861 237	218 555
Outros (aprox)	8 120 742	0,8 %	2,6 %	623 761	804 243	3 292 499	3 400 239
Total LAC	315 036 178	29,2 %	100,0 %	60,9 %	15,8 %	12,9 %	10,5 %

Fonte: Climate Focus (2026) [2]

[1] World Bank. 2026. State and trends of carbon pricing 2026. Washington. World Bank, Washington, DC. doi: 10.1596/978-1-4648-2348-0.

[2] <https://climatefocus.com/initiatives/voluntary-carbon-market-dashboard/> (dados obtidos em 17 de junho de 2026)

OS MERCADOS REGULADOS DE CARBONO

PANORAMA MUNDO



1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos



Atualmente, 41 sistemas de comércio de emissões (ETS) estão em vigor no mundo, cobrindo 26% das emissões globais de GEE, em jurisdições que juntas representam 63% do PIB global e mais da metade da população mundial. A precificação de carbono mobilizou mais de US\$ 107 bilhões para os orçamentos públicos em 2025, com receitas provenientes de ETS e impostos sobre carbono acima de US\$ 100 bilhões anuais desde 2021. Instrumentos de precificação de carbono cobrem agora cerca de 29% das emissões globais, abrangendo 87 políticas implementadas (ETS e impostos sobre o carbono) [\[1, 2\]](#).



Os sistemas existentes passam por reformas estruturais de grande alcance: a China anunciou planos para migrar seu ETS nacional de uma abordagem baseada em intensidade para um teto absoluto de emissões, expandindo também a cobertura setorial e introduzindo leilões. O ETS da Coreia do Sul ingressou em uma nova fase com maior uso de leilões, uma reserva de estabilidade de mercado e trajetória de teto alinhada às metas climáticas. A Califórnia aprovou legislação para estender seu sistema até 2045. A UE anunciou revisão da Diretiva EU ETS, com atualizações à reserva de estabilidade de mercado, à trajetória de longo prazo do teto de emissões, ao papel das remoções de CO₂ e à eliminação gradual das alocações gratuitas nos setores cobertos pelo CBAM [\[1\]](#).



Progressos também emergem em jurisdições que estão ingressando no comércio de emissões. O Brasil avança na implementação de seu ETS nacional com novos arranjos institucionais. A Índia e o Vietnã estão operacionalizando seus ETS com metas setoriais específicas. A Turquia adotou uma lei climática marco que prepara o terreno para um ETS nacional [\[1\]](#).



No plano da cooperação internacional, ganha força a Open Coalition for Compliance Carbon Markets, endossada pelos governos na COP30 em Belém, abrindo novas possibilidades para que jurisdições com ETS se engajem em mercados internacionais de carbono. Brasil, União Europeia e China lideram a iniciativa, com Alemanha e Nova Zelândia como membros recentes.

[1] International Carbon Action Partnership (ICAP). Status Report 2026. Disponível em: https://icapcarbonaction.com/system/files/document/260610_ICAP_SR26_Web.pdf

[2] World Bank. State and Trends of Carbon Pricing. 2026. World Bank, Washington, DC. doi: 10.1596/978-1-4648-2348-0. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/64c7e4b9-bdd4-4761-9f3f-35fccb4b7ef>

[3] European Commission (EC). 2026. EU, Brazil and China launch open coalition to boost integrity and effectiveness of carbon markets. Disponível em: https://climate.ec.europa.eu/news-other-reads/news/eu-brazil-and-china-launch-open-coalition-boost-integrity-and-effectiveness-carbon-markets-2026-05-07_en

MERCADOS REGULADOS DE CARBONO

PANORAMA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALC)

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos



Entre 2025 e 2026, a América Latina e o Caribe (ALC) consolidaram-se como uma das regiões de maior dinamismo no desenvolvimento de instrumentos de precificação de carbono (IPC). Vários países da região nomearam explicitamente seus ETS ou mecanismos de precificação de carbono como instrumentos centrais para o cumprimento de suas NDC 3.0, no âmbito do Acordo de Paris.

Nesse contexto, Brasil, Chile e Colômbia aprovaram legislação sobre ETS e estão se preparando para a implementação. Além disso, a região também avança na articulação com os mecanismos do Artigo 6, com acordos bilaterais de transferência de resultados de mitigação (ITMOS, ou *Internationally Transferred Mitigation Outcomes*) em expansão. Os principais destaques são:



Brasil: O Brasil avança na implementação de seu ETS nacional com novos arranjos institucionais. A Secretaria Extraordinária do Ministério da Fazenda foi designada para liderar os desenvolvimentos regulatórios do SBCE (Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões), com a definição do Comitê Técnico Consultivo Permanente e dos grupos de trabalho temáticos. A cobertura setorial da primeira fase foi definida e os preparativos para o sistema de MRV estão em curso [\[1, 2, 3\]](#).

- A primeira etapa, iniciando em 2027, inclui os seguintes setores: indústrias de papel e celulose, ferro e aço, cimento, alumínio primário, exploração e produção de petróleo e gás, refino e transporte aéreo.
- A segunda etapa, prevista para 2029, inclui mineração, alumínio reciclado, setor elétrico, vidro, indústria de alimentos e bebidas, química, cerâmica e resíduos.
- Já a terceira etapa, a partir de 2031, contempla transporte rodoviário, transporte aquaviário e transporte ferroviário.



México: O México, que opera o primeiro ETS da América Latina desde a fase piloto iniciada em 2020, prevê publicar sua estrutura operacional ainda em 2026, abrindo caminho para que a primeira fase de conformidade ocorra do início de 2027 até 2030 [\[4\]](#). O país está entre aqueles que nomearam o ETS como instrumento central para o cumprimento de sua NDC 3.0. O governo também publicou o "Programa Setorial de Meio Ambiente e Recursos Naturais 2025–2030" [\[5\]](#) e assumiu compromisso de alcançar emissões líquidas zero até meados do século [\[1, 2\]](#).



Chile: Em novembro de 2025, o Chile lançou o Carbon Pricing and Market Roadmap, estratégia nacional que busca fortalecer o imposto sobre carbono existente e avaliar a evolução para instrumentos de mercado mais amplos, incluindo ETS e o uso de créditos de carbono alinhados às regras do Acordo de Paris [\[1, 2, 5\]](#). O país possui dois ETS setoriais — voltados para aterros sanitários e grandes sistemas de refrigeração — previstos para entrar em operação por volta de 2030, ao mesmo tempo em que avança explorando um projeto-piloto para o setor de energia [\[5\]](#).

MERCADOS REGULADOS DE CARBONO

PANORAMA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALC)

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos



 **Colômbia:** A legislação climática aprovada estabelece as bases para a criação de um ETS nacional, com uma primeira fase esperada para 2027 e implementação plena prevista para 2030 [1].

 **Peru:** Se destaca como um dos países mais proativos da ALC na tradução dos compromissos do Artigo 6 em marcos regulatórios e acordos bilaterais. A trajetória peruana no Artigo 6 é a mais avançada da região, combinando um acordo bilateral pioneiro com a Suíça, um acordo de alto nível firmado na COP29 com Singapura, e a quantificação explícita de ITMOs em sua NDC 3.0 [7, 8].

Para além dos sistemas de compliance, observa-se uma tendência crescente de estruturas integradas de política climática que combinam ETS com outros instrumentos, como impostos sobre carbono, mecanismos e salvaguardas de competitividade, com o mercado voluntário de carbono (VCM) ganhando importância estratégica e os vínculos com o Artigo 6 do Acordo de Paris se aprofundando em toda a região.

[1] International Carbon Action Partnership (ICAP). Informe de situación 2026. Disponível em: https://icapcarbonaction.com/system/files/document/260610_ICAP_SR26_Web.pdf

[2] World Bank. State and Trends of Carbon Pricing. 2026. World Bank, Washington, DC. doi: 10.1596/978-1-4648-2348-0. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/64c7e4b9-bdd4-4761-9f3f-35fcccb4b7ef>

[3] Ministério da Fazenda (MF). 2026. Ministério da Fazenda apresenta proposta preliminar de cobertura setorial do mercado regulado de carbono. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/maio/ministerio-da-fazenda-apresenta-proposta-preliminar-de-cobertura-setorial-do-mercado-regulado-de-carbono>

[4] Carbon Pulse. 2026. Mexico still debating key ETS design elements ahead of operational launch -official. Disponível em: <https://carbon-pulse.com/519550/>

[5] SECRETARÍA DE MEDIO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES (SEMARNAT). Programa Sectorial de Medio Ambiente y Recursos Naturales 2025–2030. Ciudad de México: SEMARNAT, 2025. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/1058016/301_Programa_Sectorial_de_Medio_Ambiente_y_Recurso_Naturales_2025-2030.pdf

[6] Carbon Pulse. 2026b. Chile estimates implementation phase of two sectorial ETSs by 2030, test Article 6 allocation model. Disponível em: <https://carbon-pulse.com/520835/>

[7] UNFCCC. 2025. Peru's experience with Article 6 bilateral cooperation and its domestic arrangements for authorization. Apresentação do Peru na UNFCCC, 18 nov. 2025. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/654437>

[8] Ministry of Trade and Industry. Singapore Signs Implementation Agreement On Carbon Credits Collaboration With Peru. Singapura, 2025. Disponível em: <https://www.mti.gov.sg/newsroom/singapore-signs-implementation-agreement-on-carbon-credits-collaboration-with-peru/>

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: MUNDO

MATÉRIA 1: DESCARBONIZAR PARA COMPETIR: OPORTUNIDADES PARA AS PMES DA ALC



1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMes da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMes da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos

As Pequenas e Médias Empresas (PMes) são atores centrais da atividade econômica e ocupam uma posição estratégica na transição para uma economia de baixo carbono. Responsáveis por mais de 90% do número de empresas [1] e por uma parcela significativa dos empregos e da renda em todo o mundo, chegando a representar cerca de 80% do emprego na América Latina [2] e 50% do PIB global [3], elas conectam as metas climáticas globais à realidade da economia local. Sua ampla capilaridade territorial e presença nas cadeias de valor as tornam agentes fundamentais para a implementação de soluções de descarbonização e para a transformação dos sistemas produtivos. Seu potencial para gerar emprego e renda por meio de modelos de negócios sustentáveis pode ser transformador, não apenas para a descarbonização da economia, mas também para a redução da pobreza, das desigualdades e das vulnerabilidades socioeconômicas [4].

Em razão de sua menor escala e de seu acesso mais restrito a capital, tecnologia e informação, as PMes são estruturalmente mais vulneráveis a choques climáticos, financeiros e regulatórios. Nesse contexto, a forma como esse segmento

se insere na transição climática terá impactos diretos sobre o crescimento econômico, a competitividade, a coesão territorial e a inclusão produtiva [5]. Logo, a descarbonização não é apenas uma oportunidade, mas uma condição cada vez mais necessária para sua resiliência e permanência nas cadeias de valor.

Estima-se que as PMes sejam responsáveis por até 60% das emissões corporativas globais de gases de efeito estufa (GEE). Em grande parte dos setores industriais, com exceção de segmentos mais intensivos em emissões diretas, como cimento, a maior parcela das emissões encontra-se concentrada nas cadeias de valor, tornando fornecedores e prestadores de serviços atores centrais para a descarbonização da economia [1]. Nesse contexto, acelerar a descarbonização das PMes é fundamental para o cumprimento das metas climáticas estabelecidas pelo Acordo de Paris [6], sendo indispensável a participação ativa desses atores para que as metas climáticas globais possam ser efetivamente alcançadas [4].

A descarbonização das cadeias de valor tornou-se uma condição crescente para a

continúa ->



As Pequenas e Médias Empresas (PMes) são responsáveis por mais de 90% do número de empresas e por uma parcela significativa dos empregos e da renda em todo o mundo, chegando a representar cerca de 80% do emprego na América Latina e 50% do PIB global global

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: MUNDO

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos



<- *continúa*

competitividade empresarial, impulsionada pela incorporação de critérios climáticos ao comércio internacional, pela expansão dos mecanismos de precificação de carbono e pelo fortalecimento de requisitos de transparência climática. Políticas como o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira da União Europeia (CBAM) [7], bem como iniciativas voltadas à transparência e divulgação de informações climáticas corporativas, como os padrões IFRS S1 e S2, vêm ampliando as exigências relacionadas à mensuração e divulgação de emissões de GEE, ao estabelecimento de metas de redução e à adoção de estratégias de transição climática. Embora originalmente desenhadas para grandes empresas, essas exigências demandam o engajamento com as cadeias de valor, evidenciando o papel estratégico das PMEs nos esforços de descarbonização da economia.

Apesar de sua relevância econômica e de seu impacto coletivo, as PMEs enfrentam desafios financeiros e não financeiros significativos para promover sua descarbonização e atender às crescentes exigências de mercados e reguladores. A escassez de informações sobre emissões de GEE e sustentabilidade, as lacunas de capacitação técnica e de letramento sobre os impactos, desafios e oportunidades associados à redução de emissões, bem como as dificuldades para elaborar projetos, captar

recursos e identificar tecnologias, soluções de baixo carbono e instrumentos financeiros adequados constituem barreiras que antecedem o próprio acesso ao capital.

Nesse contexto, o engajamento das grandes empresas e a implementação de políticas públicas desempenham um papel fundamental ao criar incentivos para a descarbonização das cadeias de valor e estimular a demanda por produtos e serviços de baixo carbono. As políticas de compras públicas sustentáveis são um exemplo de política capaz de incorporar critérios climáticos nas aquisições do setor público. No entanto, apenas 47% dos países da América Latina e Caribe possuem uma estratégia de compras públicas sustentáveis [8]. Políticas de certificação de produtos sustentáveis, incentivo à bioeconomia, ao «powershoring» e à economia circular contribuem para o fortalecimento de cadeias de valor de baixo carbono, ampliando oportunidades de mercado e fortalecendo a competitividade das empresas.

O acesso a financiamento para investimentos de PMEs em soluções e tecnologias de baixo carbono enfrenta desafios significativos. A heterogeneidade desses atores, associada a um histórico financeiro mais limitado e à menor capacidade de oferecer garantias, exige

continúa ->



“Estima-se que as PMEs sejam responsáveis por até 60% das emissões corporativas globais de gases de efeito estufa (GEE)”.

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: MUNDO

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos



<- *continúa*

instrumentos financeiros flexíveis e proporcionais às diferentes realidades empresariais [4, 5]. Ao mesmo tempo, garantir a integridade do financiamento para mitigação climática requer processos robustos de Medição, Relato e Verificação (MRV), cuja demanda por informações frequentemente supera a capacidade técnica e operacional de muitas PMEs, inclusive das mais estruturadas [4].

Embora o interesse por financiamento verde e sustentável voltado a PMEs tenha crescido de 21% para 27% entre 2022 e 2023, movimentando US\$ 789 bilhões em oportunidades de financiamento sustentável em 2023 [9], apenas 3% das empresas solicitaram um produto de financiamento verde e apenas 1% teve acesso ao recurso [10]. Esses produtos incluem instrumentos financeiros como empréstimos, garantias, títulos e linhas de crédito que incorporam critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) em sua estrutura, critérios de elegibilidade e precificação. O IFC estima que 87% das necessidades potenciais de financiamento das PMEs na América Latina e no Caribe permanecem não atendidas [11]. Esse cenário evidencia a necessidade de simplificar processos, fortalecer a assistência técnica e desenvolver soluções financeiras mais

adequadas à realidade das pequenas e médias empresas [4].

Aproximar instituições financeiras e PMEs é crucial para facilitar a identificação de oportunidades de investimento em mitigação climática, que fortaleçam a competitividade das PMEs, reduzindo riscos e barreiras de acesso a capital. Um exemplo de ferramenta que objetiva facilitar este contato é o «*Climate Mitigation Finance Framework*», lançado recentemente pela *Green Initiative* [4]. Este apresenta um catálogo de atividades de mitigação já validadas em diferentes setores econômicos, orientações para avaliação da maturidade climática das empresas, sistemas simplificados de MRV e diretrizes para elaboração de planos de mitigação.

A transição para baixo carbono só se torna relevante para as PMEs quando é apresentada como estratégia econômica, capaz de reduzir custos, aumentar produtividade, mitigar riscos e ampliar acesso a mercados e financiamento [5]. Colocar as PMEs no centro das estratégias de financiamento para mitigação climática não é uma opção, mas uma condição necessária para acelerar a descarbonização da economia real e promover uma transição justa e competitiva.

continúa ->



“O interesse por financiamento verde e sustentável voltado a PMEs tenha crescido de 21% para 27% entre 2022 e 2023, movimentando US\$ 789 bilhões em oportunidades de financiamento sustentável em 2023”.

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: MUNDO

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos



<- *continúa*

Fontes:

- [1] World Economic Forum (WEF). «Sustainability Meets Growth: Unleashing the Growth Potential of Sustainability for SMEs». 2025. Acesso em 05 de junho de 2026. https://reports.weforum.org/docs/WEF_Sustainability_Meets_Growth_2025.pdf
- [2] UNIDO. "UNIDO in Action: Focus on Latin America and the Caribbean." 2025. Acesso em 05 de junho de 2026. <https://www.unido.org/sites/default/files/unido-publications/2025-10/UNIDO%20in%20Action%20-%20Focus%20on%20LAC.pdf>
- [3] IFC. "IFC to Help Financial Institutions Support Small Businesses Through New Global MSME Financing Platform." 2024. Acesso em 05 de junho de 2026. <https://www.ifc.org/en/pressroom/2024/ifc-to-help-financial-institutions-support-small-businesses-through-new-global-msme-financing-platform>
- [4] Green Initiative. "Climate Mitigation Finance Guide: A Practical Framework for Financial Institutions." 2026. Acesso em 05 de junho de 2026. <https://greeninitiative.eco/2026/06/03/climate-mitigation-finance-guide/>
- [5] SEBRAE. "PMEs, Sustentabilidade e Clima: Desafios e Oportunidades para os Pequenos Negócios na Transição para uma Economia de Baixo Carbono." 2025. Acesso em 05 de junho de 2026. https://sebrae.com.br/content/dam/portal-sebrae/na/pt/pdf/subsites/cidade-empreadora/Relatorio_Sebrae_PMEs_Sustentabilidade_Clima_1_.pdf
- [6] World Economic Forum (WEF). "Fast-Tracking SME Sustainability Could Accelerate Global Climate Targets and Unlock Economic Value, Says New Report." 2025. Acesso em 05 de junho de 2026. <https://www.weforum.org/press/2025/06/fast-tracking-sme-sustainability-could-accelerate-global-climate-targets-and-unlock-economic-value-says-new-report/>
- [7] CAF. "Boletín ILACC 9." 2025. Acesso em 05 de junho de 2026. <https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/2639/Boletin%20ILACC%209%20ESP.pdf>
- [8] IDB. "Latin America and the Caribbean Need to Strengthen Public Governance to Achieve the Green Transition and Close Development Gaps." 2024. Acesso em 05 de junho de 2026. <https://www.iadb.org/en/news/latin-america-and-caribbean-need-strengthen-public-governance-achieve-green-transition-and-close>
- [9] ICC. "Unlocking Sustainable Finance for SMEs." 2024. Acesso em 05 de junho de 2026. <https://iccwbo.org/news-publications/policies-reports/unlocking-sustainable-finance-for-smes/>
- [10] ICC. "SME Climate Finance Stocktake: Turning Ambition into Action." 2025. Acesso em 05 de junho de 2026. <https://iccwbo.org/news-publications/report/sme-climate-finance-stocktake-turning-ambition-into-action/>
- [11] ICR Facility. "Access to Finance Study: Final Report." 2023. Acesso em 05 de junho de 2026. <https://www.icr-facility.eu/wp-content/uploads/2023/04/Access-to-Finance-Study-Final-Report-2.pdf>

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: MUNDO

ARTÍCULO 2: O CASO MICROSOFT: RISCO À INTEGRIDADE DOS CRÉDITOS?



A Microsoft tornou-se o principal comprador corporativo do mercado global de carbono (CDR - *Carbon Dioxide Removal*), segmento baseado na retirada efetiva de CO₂ da atmosfera por soluções naturais e tecnológicas. Sua relevância é tamanha que notícias sobre uma possível suspensão ou redução de novas compras de créditos de remoção geraram forte preocupação entre investidores, desenvolvedores de projetos e analistas do mercado climático [\[1,2\]](#).

Os relatos divulgados em abril de 2026 indicaram que a empresa teria interrompido futuras aquisições de créditos de carbono, afetando diretamente um mercado no qual exerce posição dominante. A Microsoft responde por cerca de 74% dos compromissos globais conhecidos de compra de CDR, representando aproximadamente US\$ 14,8 bilhões de um mercado estimado em US\$ 20 bilhões [\[3,4\]](#). Os contratos já firmados pela companhia totalizam cerca de 85 milhões de toneladas de CO₂ removidas até 2040, com preço médio próximo de US\$ 130 por tonelada [\[3\]](#).

La concentración de la demanda es aún más evidente en los proyectos a gran escala. Microsoft es responsable de los diez mayores contratos de eliminación de carbono firmados hasta la fecha a nivel mundial, además de haber adquirido más de 45 millones de toneladas de créditos mediante diferentes tecnologías de captura y almacenamiento de carbono. Esto significa que cualquier cambio en su estrategia tiene el potencial de influir en los precios, las inversiones y las expectativas de todo el sector [\[2\]](#).

De fato, a Microsoft concentra a maior parte dos compromissos financeiros e dos volumes



“Microsoft responde por cerca de 74% dos compromissos globais conhecidos de compra de CDR, representando aproximadamente US\$ 14,8 bilhões de um mercado estimado em US\$ 20 bilhões.”

contratados de CDR até 2040, além de dominar o segmento dos chamados megaprojetos [\[3\]](#). As projeções também indicam crescimento contínuo da demanda por remoções de carbono, mas evidenciam a vulnerabilidade do mercado à decisão de poucos compradores corporativos.

O episódio revela uma contradição importante. Enquanto a Microsoft reafirma seus compromissos climáticos e a importância das remoções de carbono para sua estratégia de neutralidade, os relatos de desaceleração das compras ocorreram em um contexto de rápida expansão de *data centers* e do consumo energético associado à inteligência artificial (IA) [\[1,5,6\]](#). O caso expõe os desafios enfrentados por empresas que buscam conciliar metas climáticas ambiciosas com o crescimento acelerado de operações intensivas em energia [\[2\]](#).

No longo prazo, uma redução da participação da Microsoft pode afetar a viabilidade financeira

continúa ->

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: MUNDO

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos



<- *continúa*

de projetos emergentes de remoção de carbono, especialmente aqueles que dependem de contratos de longo prazo para captar investimentos [3]. O episódio também evidencia um risco estrutural do mercado voluntário de carbono: a excessiva concentração da demanda em poucos compradores [2,3]. Em um contexto global de incertezas econômicas e reavaliação de prioridades corporativas, essa dependência pode aumentar a volatilidade e retardar a expansão de tecnologias ainda em processo de consolidação comercial.

Apesar das preocupações iniciais, os acontecimentos posteriores indicam que a Microsoft não abandonou o mercado de remoção de carbono, mas passou por um processo de recalibração estratégica. Após negar oficialmente o encerramento de seu programa de CDR e afirmar que poderia apenas ajustar o ritmo e o volume das aquisições, a empresa anunciou, em maio de 2026, seu primeiro grande contrato de remoção de carbono desde a controvérsia [6, 8]. O acordo foi firmado com a dinamarquesa BioCirc e prevê a compra de 650 mil toneladas de remoções de carbono ao longo de sete anos, entre 2026 e 2032, por meio de um projeto de bioenergia com captura e armazenamento de carbono (BECCS) em cinco plantas de biogás na Dinamarca [8, 9].

O contrato prevê a entrega de aproximadamente 100 mil créditos por ano, com armazenamento geológico permanente do CO₂ sob o Mar do Norte, reforçando o interesse da Microsoft por soluções de alta durabilidade e elevada integridade ambiental [8, 9]. O movimento soma-se a outro anúncio realizado em 2026, quando a companhia firmou um acordo recorde para aquisição de 2,85 milhões de créditos de carbono agrícola da Indigo Carbon, o maior contrato já registrado para créditos de

carbono em solos agrícolas [7]. Em conjunto, essas iniciativas sugerem que a empresa permanece como principal âncora de demanda do mercado global de remoção de carbono, embora adote critérios mais rigorosos de seleção e priorização de projetos [6,8].



“Os contratos já firmados pela companhia totalizam cerca de 85 milhões de toneladas de CO₂ removidas até 2040, com preço médio próximo de US\$ 130 por tonelada”.



“O caso expõe os desafios enfrentados por empresas que buscam conciliar metas climáticas ambiciosas com o crescimento acelerado de operações intensivas em energia”.



«O episódio também evidencia um risco estrutural do mercado voluntário de carbono: a excessiva concentração da demanda em poucos compradores”.

continúa ->

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: MUNDO

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos



<- *continúa*

- [1] Exame. «Microsoft habría puesto fin al mayor programa de créditos de carbono del mundo». Consultado el 10 de junio de 2026. <https://exame.com/esg/microsoft-teria-encerrado-maior-programa-de-creditos-de-carbono-no-mundo/>
- [2] MIT Technology Review Brasil. «El mercado de la eliminación de carbono en riesgo tras la medida de Microsoft». Consultado el 10 de junio de 2026. <https://mittechreview.com.br/mercado-remocao-carbono-risco-microsoft/>
- [3] Sylvera. «Microsoft y los CDR: ¿qué puede significar esto para el mercado?». Consultado el 10 de junio de 2026. <https://www.sylvera.com/pt-br/blog/microsoft-cdr-pause-reduction-carbon-removal-market-impact>
- [4] Data Center Dynamics. «Microsoft suspende todas las futuras adquisiciones de créditos de compensación de carbono, según un informe». Consultado el 10 de junio de 2026. <https://www.datacenterdynamics.com/br/not%C3%ADcias/a-microsoft-suspende-todas-as-futuras-aquisicoes-de-creditos-de-compensacao-de-carbono-de-acordo-com-um-relatorio/>
- [5] Data Center Dynamics. «Microsoft suspende todas las compras futuras de eliminación de carbono, según un informe». Consultado el 10 de junio de 2026. <https://www.datacenterdynamics.com/en/news/microsoft-pauses-all-future-carbon-removal-purchases-report/>
- [6] Data Center Dynamics. «Microsoft niega haber suspendido por completo las compras de créditos de remoción de carbono». Consultado el 10 de junio de 2026. <https://www.datacenterdynamics.com/en/news/microsoft-denies-that-it-has-completely-paused-carbon-removal-purchases/>
- [7] Reuters. «Microsoft cierra un acuerdo récord por créditos de carbono del suelo ante el auge de los centros de datos». Consultado el 10 de junio de 2026. <https://www.reuters.com/sustainability/climate-energy/microsoft-record-deal-soil-carbon-credits-data-centres-surge-2026-01-15/>
- [8] ESG Today. «Microsoft anuncia su primer acuerdo importante de eliminación de carbono desde que, según se informa, suspendió las compras». Publicado el 20 de mayo de 2026. Consultado el 10 de junio de 2026. <https://www.esgtoday.com/microsoft-announces-first-major-carbon-removal-deal-since-reportedly-exiting-the-market/>
- [9] BioEnergy International. «BioCirc firma un acuerdo de 7 años con Microsoft para la eliminación de carbono». Publicado en mayo de 2026. Consultado el 10 de junio de 2026. <https://bioenergyinternational.com/biocirc-signs-a-7-year-carbon-removal-deal-with-microsoft/>

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: AMÉRICA LATINA E CARIBE

ARTÍCULO 1: CONSULTA PÚBLICA DO CBAM PROPÕE NOVAS DEFINIÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PREÇOS DE CARBONO PAGOS EM PAÍSES EXPORTADORES



A adoção do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira da União Europeia (CBAM) marca uma nova fase na integração entre política climática e comércio internacional. A edição anterior do Boletim ILACC [1] destacou os impactos esperados do CBAM nos exportadores da ALC e o papel estratégico dos sistemas de precificação de carbono para o reconhecimento dos esforços de descarbonização da região. Apesar da entrada em vigor de seu regime definitivo em 2026, permanecem em discussão aspectos centrais para os exportadores dos setores abrangidos pelo mecanismo (cimento, ferro e aço, alumínio, fertilizantes, eletricidade e hidrogênio) que merecem atenção.

Entre maio e junho de 2026, a Comissão Europeia realizou uma consulta pública referente às determinações propostas para o reconhecimento do preço de carbono pago em países terceiros (exportadores) [2]. O texto estabelece critérios para comprovação dos custos de carbono efetivamente incorridos pelos produtores, define os mecanismos elegíveis para reconhecimento pela União Europeia (UE) e detalha os procedimentos de verificação necessários para que esses valores possam ser considerados no cálculo das obrigações associadas ao CBAM. As definições resultantes desse processo serão determinantes para estabelecer em que medida os preços de carbono pagos fora da UE poderão ser reconhecidos no âmbito do mecanismo, com impactos diretos sobre os custos de



“Em países com matrizes elétricas de baixa intensidade de carbono, como o Brasil, onde fontes renováveis respondem por mais de 88% da geração elétrica, a aplicação de valores-padrão tende a superestimar as emissões indiretas dos operadores industriais, comprometendo o reconhecimento de uma vantagem comparativa real”.

conformidade e a competitividade dos exportadores da ALC.

Entre os principais pontos abordados na consulta pública que merecem atenção dos exportadores da ALC, destacam-se:

- 1. Utilização de preços-padrão de carbono (default carbon prices) e tratamento das emissões indiretas:** a proposta detalha quais mecanismos poderão ser considerados para fins de abatimento das obrigações associadas ao CBAM, incluindo sistemas de comércio de emissões (ETS), impostos sobre carbono e mecanismos híbridos. Nesse contexto, a medida

continúa ->

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: AMÉRICA LATINA E CARIBE

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

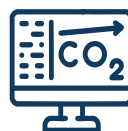
7. Eventos



<- *continúa*

reforça a importância dos instrumentos de precificação de carbono em fase de implementação ou já em operação na região. A consulta pública prevê a utilização de preços-padrão de carbono como mecanismo para estimar os custos de carbono pagos em países terceiros, inclusive no caso das emissões indiretas associadas ao consumo de eletricidade na produção dos bens cobertos pelo mecanismo, quando informações específicas não estiverem disponíveis ou não puderem ser comprovadas. Embora simplifique a implementação do CBAM, essa abordagem pode não refletir adequadamente as características dos sistemas de precificação de carbono, das matrizes energéticas e trajetórias de descarbonização da ALC. Em países com matrizes elétricas de baixa intensidade de carbono, como o Brasil, onde fontes renováveis respondem por mais de 88% da geração elétrica [3], a aplicação de valores-padrão tende a superestimar as emissões indiretas dos operadores industriais, comprometendo o reconhecimento de uma vantagem comparativa real.

2. Tratamento de créditos de carbono e do Artigo 6 do Acordo de Paris: a consulta pública propõe regras para o reconhecimento limitado a 10% de créditos de carbono utilizados em mercados regulados, incluindo aqueles vinculados ao Artigo 6 do Acordo de Paris. O tema é particularmente relevante para a ALC, região que reúne alguns dos países com maior potencial para geração de resultados de mitigação transferíveis internacionalmente (ITMOs) e responde por cerca de 24% das emissões globais de



“O tema é particularmente relevante para a ALC, região que reúne alguns dos países com maior potencial para geração de resultados de mitigação transferíveis internacionalmente (ITMOs) e responde por cerca de 24% das emissões globais de créditos”.

créditos [4]. Atualmente, a região conta com 23 instrumentos de precificação de carbono em operação ou em desenvolvimento, incluindo 18 impostos sobre carbono e 5 sistemas de comércio de emissões, dos quais 13 permitem a utilização de créditos de carbono como mecanismo de flexibilidade [4]. Embora o reconhecimento desses créditos pelo CBAM represente um sinal positivo para a região, a limitação proposta pode reduzir os incentivos para investimentos em mecanismos do Artigo 6, especialmente aqueles que atendem a elevados padrões de integridade ambiental. Como resultado, os custos e a complexidade da conformidade com o CBAM tendem a ser proporcionalmente mais elevados para exportadores de economias em desenvolvimento, incluindo os países da ALC.

3. Requisitos de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) e sistemas de certificação: além dos requisitos de MRV, a proposta estabelece exigências relacionadas à documentação comprobatória,

continúa ->

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: AMÉRICA LATINA E CARIBE

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos



<- *continúa*

rastreabilidade de créditos e pagamentos de carbono, auditorias independentes e inspeções das instalações produtivas. Embora esses procedimentos sejam importantes para garantir a integridade do mecanismo, eles podem representar desafios adicionais para empresas localizadas em países cujos sistemas de acreditação, verificação e infraestrutura institucional ainda estão em processo de consolidação. Como resultado, os custos e a complexidade da conformidade com o CBAM tendem a ser mais proporcionalmente mais elevados para exportadores de economias em desenvolvimento, incluindo os países da ALC.

4. Conversão cambial e volatilidade das moedas locais: a consulta pública estabelece que os preços de carbono pagos em moedas diferentes do euro sejam convertidos utilizando taxas de câmbio médias anuais. Embora a medida tenha como objetivo simplificar a implementação do mecanismo, ela pode gerar desafios para exportadores de países cujas moedas apresentam maior volatilidade, realidade observada nas economias da ALC [5]. Variações significativas das taxas de câmbio ao longo do ano podem fazer com que os custos de carbono efetivamente incorridos pelas empresas, quando convertidos para euros, sejam superestimados ou subestimados, comprometendo o reconhecimento adequado desses valores no âmbito do CBAM. Como consequência, exportadores podem enfrentar custos adicionais e maior incerteza financeira sem que isso reflita necessariamente seu

desempenho climático ou as emissões associadas aos seus produtos.

Um dia após o encerramento desta consulta pública, o Conselho Europeu anunciou um acordo entre os Estados-membros da UE sobre uma série de mudanças propostas no CBAM, incluindo a expansão do escopo do mecanismo para uma série de produtos industriais, de construção, maquinário, equipamentos elétricos, entre outros. Os países membros também advogam pelo não reconhecimento de créditos de carbono vinculados ao Artigo 6 e sugerem que a Comissão revise o escopo do CBAM anualmente [6].

Esta proposta está alinhada com uma proposta da Comissão Europeia, publicada em dezembro de 2025, que propõe a expansão da cobertura do CBAM para outros 180 produtos na cadeia de valor do aço e alumínio, a partir de 1º de janeiro de 2028, com o objetivo de reduzir os riscos de vazamento de carbono [7]. O Parlamento Europeu deve adotar sua posição em setembro de 2026, após o que se iniciarão as negociações interinstitucionais entre Parlamento e Conselho.

As decisões que emergirem desta regulamentação complementar do CBAM poderão influenciar a competitividade dos exportadores, a atratividade de investimentos em descarbonização e o desenvolvimento dos mercados de carbono na ALC. Logo, acompanhar a evolução dessas definições regulatórias é estratégico para governos, empresas e demais atores da região.

continúa ->

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: AMÉRICA LATINA E CARIBE

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos



<- *continúa*

Fonte:

- [1] CAF. "Boletín ILACC 9." 2025. Acesso em 08 de junho de 2026. <https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/2639/Boletín%20ILACC%209%20ESP.pdf>
- [2] European Commission. "Public Consultation: Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) – Carbon Price Paid in a Third Country." Acesso em 08 de junho de 2026. https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/14830-Carbon-border-adjustment-mechanism-CBAM-carbon-price-paid-in-a-third-country_en
- [3] Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Ministério de Minas e Energia (MME). "Balanço Energético Nacional 2025: Ano Base 2024." Brasília: EPE, 2025.
- [4] International Emissions Trading Association (IETA). "Carbon Pricing and Carbon Markets in Latin America and the Caribbean: Position Paper." Acesso em 08 de junho de 2026. <https://www.ieta.org/uploads/wp-content/2025/08/LAC-Position-Paper-final-compressed.pdf>
- [5] CEPAL. "Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2022." Santiago: Naciones Unidas, 2022. Acesso em 08 de junho de 2026.
- [6] ESG Today. "EU Member States Agree to Expand CBAM Carbon Import Tax to Downstream Products." 15 de junho de 2026. Acesso em 15 de junho de 2026. <https://www.esgtoday.com/eu-member-states-agree-to-expand-cbam-carbon-import-tax-to-downstream-products/>
- [7] International Institute for Sustainable Development (IISD). "EU Carbon Border Adjustment Mechanism Is Set to Get Bigger: Implications for Trade and Industrial Value Chains." 27 de janeiro de 2026. Acesso em 15 de junho de 2026. <https://www.iisd.org/articles/explainer/eu-carbon-border-adjustment-mechanism-bigger-trade-implications>

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: AMÉRICA LATINA E CARIBE

ARTÍCULO 2: ARTIGO 6 AVANÇA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE



A implementação do Artigo 6 do Acordo de Paris entrou em uma nova fase em 2026, marcada pelo fortalecimento de instrumentos voltados à operacionalização dos mercados internacionais de carbono. O mecanismo estabelece regras para a cooperação entre países por meio da transferência internacional de resultados de mitigação (ITMOs) e da criação de um mercado global supervisionado pela Convenção do Clima da ONU (UNFCCC) [1]. Nesse contexto, o lançamento do *Article 6 Pipeline* pelo UNEP Copenhagen Climate Centre (UNEP-CCC) representa um marco relevante ao ampliar a transparência sobre acordos bilaterais, atividades em desenvolvimento, autorizações emitidas e iniciativas vinculadas ao futuro mecanismo do Artigo 6.4 [2].

A nova plataforma reúne informações sobre iniciativas relacionadas ao Artigo 6 em diferentes regiões do mundo, oferecendo maior visibilidade para governos, investidores e desenvolvedores de projetos [1]. Em um mercado ainda marcado por incertezas regulatórias, ferramentas de transparência como essa tendem a reduzir riscos de transação e aumentar a confiança dos participantes, reforçando a percepção de que o Artigo 6 entrou definitivamente em sua fase de implementação prática [3].

Nesse cenário, o Chile se consolida como uma das principais referências latino-americanas na regulamentação do Artigo 6. Em março de 2026, o governo chileno aprovou uma lista de atividades prioritárias e outra de atividades consideradas inadequadas para a geração e autorização de créditos destinados à



“Nesse contexto, o lançamento do Article 6 Pipeline pelo UNEP Copenhagen Climate Centre (UNEP-CCC) representa um marco relevante ao ampliar a transparência sobre acordos bilaterais, atividades em desenvolvimento, autorizações emitidas e iniciativas vinculadas ao futuro mecanismo do Artigo 6.4”.

cooperação internacional sob o Artigo 6.2 [4,5]. A medida busca direcionar investimentos para setores alinhados às prioridades nacionais e evitar que exportações de créditos comprometam o cumprimento das metas climáticas domésticas [4,6].

A estratégia chilena demonstra elevado grau de maturidade regulatória quando comparada à maior parte da região. Ao definir previamente quais atividades poderão gerar créditos autorizados, o país reduz incertezas para investidores e fortalece a integridade ambiental de suas transações internacionais [4]. Ao mesmo tempo, o caso chileno evidencia um dos principais dilemas

continúa ->

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: AMÉRICA LATINA E CARIBE

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos



<- *continúa*

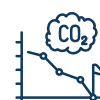
do Artigo 6: equilibrar a atração de recursos externos com a necessidade de preservar reduções de emissões para o cumprimento da própria NDC [5,6]. Trata-se de um debate que tende a ganhar relevância à medida que mais países latino-americanos avancem na implementação de seus marcos regulatórios. Essa dinâmica também pode ser observada no México. Em 2026, o país avançou na estruturação de seu sistema nacional de comércio de emissões e iniciou discussões sobre como compatibilizar o mercado doméstico com futuras transações internacionais sob o Artigo 6 [8]. O debate evidencia a crescente preocupação dos governos latino-americanos em construir mecanismos capazes de atrair investimentos climáticos sem comprometer a soberania sobre os resultados de mitigação necessários para o cumprimento de suas metas nacionais.

No Brasil, a agenda também ganhou impulso após a aprovação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). Estudo recente publicado pela *International Emissions Trading Association* (IETA) destaca que o país possui potencial para se tornar um dos principais atores globais em mercados de carbono, mas ressalta a importância de harmonizar a implementação do mercado regulado doméstico com as oportunidades oferecidas pelo Artigo 6 [9,10]. O documento argumenta que definições claras sobre governança, autorizações, ajustes correspondentes e interação entre mercados serão determinantes para garantir segurança jurídica e competitividade internacional [10].

Enquanto alguns países avançam por meio de estratégias nacionais, o Caribe vem explorando uma abordagem regional. O relatório anual da Rede Regional de Colaboração do Caribe

destaca os esforços da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) para promover uma agenda conjunta de mercados de carbono, financiamento climático e cooperação técnica entre seus membros [7]. A proposta inclui harmonização regulatória, fortalecimento institucional e agregação de projetos, buscando superar limitações de escala frequentemente enfrentadas pelos pequenos Estados insulares [7].

A relevância dessa abordagem vai além da dimensão climática. Muitos países caribenhos apresentam elevada vulnerabilidade às mudanças climáticas e restrições de capacidade técnica e financeira para desenvolver mercados nacionais robustos [7]. A cooperação regional pode ampliar o acesso a investimentos internacionais, reduzir custos administrativos e aumentar a atratividade dos projetos perante compradores globais de créditos. Em um contexto geopolítico marcado pela crescente demanda por créditos de alta integridade ambiental e por novas fontes de financiamento climático, a



“Ao mesmo tempo, o caso chileno evidencia um dos principais dilemas do Artigo 6: equilibrar a atração de recursos externos com a necessidade de preservar reduções de emissões para o cumprimento da própria NDC”.

MATÉRIAS E NOTÍCIAS: AMÉRICA LATINA E CARIBE

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos

<- *continúa*

estratégia caribenha oferece uma alternativa inovadora para ampliar a inserção regional nos fluxos internacionais de carbono [1,7].

Os desenvolvimentos observados em 2026 indicam que a implementação do Artigo 6 está avançando de forma desigual, porém cada vez mais concreta. O lançamento do Article 6 Pipeline fortalece a transparência do mercado global, enquanto Chile, México e Brasil demonstram que a construção de estruturas regulatórias nacionais tornou-se uma prioridade estratégica para viabilizar futuras transações internacionais [1,4,8,10]. Paralelamente, a experiência caribenha evidencia que a cooperação regional pode representar uma

alternativa eficaz para países com menor escala econômica e institucional [7].

Para a América Latina e o Caribe, o momento atual representa uma janela de oportunidade. A região reúne ativos ambientais estratégicos, grande potencial de mitigação e crescente interesse internacional por créditos de alta qualidade [1,4]. Entretanto, a capacidade de transformar esse potencial em benefícios econômicos e climáticos dependerá da qualidade dos marcos regulatórios, da transparência dos mecanismos de governança e da capacidade dos países de integrar seus objetivos de desenvolvimento sustentável às oportunidades abertas pelo Artigo 6 [6,7,10].

Fonte:

- [1] UNEP Copenhagen Climate Centre. "New Article 6 Pipeline Strengthens Transparency and Ambition in Carbon Markets." Acesso em 10 de junho de 2026. <https://unepccc.org/new-article-6-pipeline-strengthens-transparency-and-ambition-in-carbon-markets/>
- [2] UNEP Copenhagen Climate Centre. "Article 6 Pipeline." Acesso em 10 de junho de 2026. <https://article6pipeline.unepccc.org>
- [3] UNEP Copenhagen Climate Centre. "Article 6 Pipeline Update March 2026." LinkedIn, 2026. Acesso em 10 de junho de 2026. https://www.linkedin.com/posts/unep-ccc_article-6-pipeline-update-march-2026-activity-7452349467267276801-FfXv
- [4] Carbon Pulse. "Chile approves priority and excluded activities list for Article 6 carbon markets." Publicado em março de 2026. Acesso em 10 de junho de 2026. <https://carbon-pulse.com/491595/>
- [5] Article 6 Implementation Partnership. "Chile." Acesso em 10 de junho de 2026. <https://a6partnership.org/partners/chile>
- [6] Government of Chile. "Nationally Determined Contribution (NDC) 2025." Acesso em 10 de junho de 2026. <https://unfccc.int/sites/default/files/2025-09/NDC-2025-220925%201.pdf>
- [7] UNFCCC Regional Collaboration Centre Caribbean. "Annual Report 2025." Acesso em 10 de junho de 2026. <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Annual%20Report-Caribbean%202025.pdf>
- [8] Carbon Pulse. "Mexico advances carbon market framework and Article 6 discussions." Publicado em 2026. Acesso em 10 de junho de 2026. <https://carbon-pulse.com/518356/>
- [9] International Emissions Trading Association (IETA). "New Working Paper Launch: Carbon Market Frameworks for Brazil 2.0." Publicado em 2026. Acesso em 10 de junho de 2026. <https://www.ieta.org/news/new-working-paper-launch-carbon-market-frameworks-for-brazil-2-0>
- [10] International Emissions Trading Association (IETA). *Carbon Market Frameworks for Brazil: Review 2.0*. 2026. Acesso em 10 de junho de 2026. https://www.ieta.org/uploads/wp-content/2026/03/Carbon-Market-Frameworks-for-Brazil-Review-PT_compressed.pdf

ENTREVISTA 1

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar
para Competir:
Oportunidades para as
PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft:
risco à integridade dos
créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública
do CBAM propõe novas
definições sobre o
reconhecimento de preços
de carbono pagos em
países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança
na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1:
Competitividade, Inovação e
Mercado de Carbono: Uma
Agenda para o
Desenvolvimento Nacional.
Luan Santos e Ana Paula
Machado Cavalcante

Entrevista 2:
Descarbonização como
Vetor de Competitividade
para as PMEs da ALC.
Matheus Mendes

7. Eventos

Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos [1] e Ana Paula Machado Cavalcante [2]

A economia mundial passa por uma transformação estrutural que afeta tanto o comércio internacional quanto a organização das cadeias produtivas. Entre os vetores dessa mudança estão os mecanismos de precificação de carbono e a crescente incorporação de critérios relacionados às emissões de gases de efeito estufa (GEE) nas relações comerciais, como demonstra a criação do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM) pela União Europeia (UE). Nesse contexto, a implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) representa uma oportunidade estratégica para o Brasil. Mais do que um instrumento de política climática, o mercado regulado de carbono pode contribuir para preparar o setor produtivo nacional para as novas exigências dos mercados globais, estimulando ganhos de eficiência, inovação tecnológica e a adoção de processos produtivos de menor intensidade de emissões.

Além disso, a implementação do SBCE oferece uma oportunidade para valorizar atributos já presentes na estrutura produtiva nacional. O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, ampla disponibilidade de recursos renováveis, potencial para liderar na adoção de soluções baseadas na natureza (SbN) e na produção de bens e insumos associados à transição climática. Portanto, o sistema pode funcionar como um instrumento de diferenciação positiva da indústria brasileira, ampliando sua capacidade



de acessar mercados internacionais cada vez mais exigentes em relação ao desempenho ambiental de produtos.

Nesse cenário, a estratégia do governo brasileiro tem buscado combinar a implementação gradual e eficiente do SBCE com o fortalecimento dos sistemas de monitoramento, relato e verificação (MRV) de emissões, a promoção de investimentos e de inovação tecnológica e o diálogo permanente com os setores produtivos. O objetivo é assegurar que a transição para uma economia de baixo carbono ocorra de forma compatível com o crescimento econômico, a geração de empregos e a preservação da competitividade das empresas brasileiras

A construção do mercado regulado de carbono brasileiro deve, portanto, ser compreendida como parte de uma estratégia mais ampla de transformação ecológica, com promoção da reindustrialização, do adensamento tecnológico, da geração de empregos de qualidade e da redução das desigualdades sociais.

Fonte:

[1] Luan Santos é Coordenador de Estudos e Cenários da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono, do Ministério da Fazenda (SEMC/MF). Professor do Programa de Engenharia de Produção (PEP/COPPE/UFRJ) e da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC/UFRJ). Coordenador do grupo Finanças e Investimentos Sustentáveis (gFIS) e coordenador de pesquisas do Climate Finance Hub Brasil (CFH Brasil). Pós-doutor em Política Climática e Energética pelo *Potsdam-Institut für Klimafolgenforschung* (PIK), na Alemanha, e em Economia do Clima e do Meio Ambiente pelo *Wegener Center für Klima und Globalen Wandel*, Universität Graz, Áustria.

[2] Ana Paula Machado Cavalcante é Subsecretária de Regulação e Metodologias na Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda. Servidora da carreira de especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) desde 2004, possui doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), com doutorado-sanduíche na UCSD — *School of Global Policy and Strategy*— e pesquisa focada em mudança do clima e mercados de carbono.

ENTREVISTA 2

Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos

A descarbonização das cadeias de valor deixou de ser uma agenda voluntária e tornou-se uma condição estrutural de acesso a mercados. Mecanismos como o CBAM europeu introduzem custos de carbono diretos e indiretos que afetam a competitividade de exportadores na ALC. Para as PMEs, o ponto de inflexão está em reconhecer que essa pressão regulatória é também uma oportunidade de diferenciação.

A experiência da Green Initiative trabalhando com instituições financeiras y PMES, no contexto da descarbonização de cadeia de valor, mostra que as empresas que investem cedo em gestão climática, medindo suas emissões, estabelecendo metas e reportando resultados verificados, ganham acesso preferencial a compradores internacionais exigentes, a linhas de crédito verde com condições favoráveis, e a um posicionamento de mercado que seus concorrentes simplesmente não conseguem replicar. Empresas que antecipam essa demanda terão vantagem competitiva concreta; as que esperarem correm risco de exclusão de processos de compra e de exposição crescente a restrições comerciais baseadas em carbono. Entretanto, observam-se desafios em relação ao MRV junto às PMEs, especialmente devido à ausência de dados confiáveis sobre emissões de GEE e de sistemas internos de reporte.

O *Climate Mitigation Finance Guide* [1], publicado pela Green Initiative, que resulta de um trabalho de colaboração com instituições financeiras como CAF, BM, IFC, BID, e agências das Nações Unidas, propõe eliminar esse obstáculo com uma abordagem proporcional à realidade das PMEs. Inspirado na lógica metodológica das Diretrizes do IPCC para Inventários Nacionais, o guia apresenta um sistema de MRV em três níveis progressivos, a depender da disponibilidade de informações junto às PMEs. Para a ALC, onde a capacidade técnica interna das PMEs é frequentemente limitada, esse design gradual é fundamental: ele permite que empresas comecem de onde estão, e não de onde idealmente deveriam estar.

Complementando essa estrutura, o Climate Mitigation Finance Framework (CMFF) funciona como uma linguagem compartilhada entre PMEs e instituições financeiras. Para as PMEs, isso significa ter um roteiro claro de



“A experiência da Green Initiative trabalhando com instituições financeiras y PMES, no contexto da descarbonização de cadeia de valor, mostra que as empresas que investem cedo em gestão climática, medindo suas emissões, estabelecendo metas e reportando resultados verificados, ganham acesso preferencial a compradores internacionais exigentes, a linhas de crédito verde com condições favoráveis, e a um posicionamento de mercado que seus concorrentes simplesmente não conseguem replicar”.

onde começar e como progredir. Para as IFs, significa dispor de informações comparáveis e verificadas para segmentar clientes, calibrar produtos financeiros e monitorar resultados ao longo do ciclo do crédito.

Os resultados práticos dessa abordagem já são visíveis na região. Machu Picchu, no Peru, tornou-se em 2021 o primeiro sítio da UNESCO a nível mundial a receber a certificação *Carbon Neutral*, fruto de uma aliança público-privada que reuniu a Municipalidade Distrital, a Green

continúa ->

ENTREVISTA 2

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América
Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

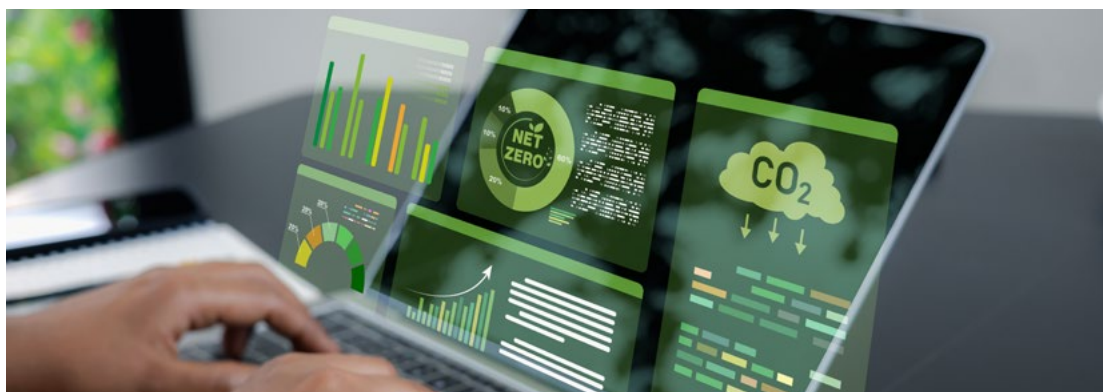
Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos



<- *continúa*

Initiative, a Inkaterra Hoteles, a Tetra Pak, LATAM e o Grupo AJE. O modelo integrou hotéis, restaurantes, operadores turísticos e gestores de áreas protegidas em uma estratégia climática territorial, transformando subprodutos de uma atividade em insumos de outra, com resultado de redução de 18,77% das emissões totais em relação à linha de base de 2019. O caso demonstra como a combinação entre assistência técnica especializada, MRV estruturado e certificação verificada pode transformar PMEs turísticas, muitas delas microempresas locais, em atores credíveis perante mercados internacionais e potenciais financiadores.



“Empresas que antecipam essa demanda terão vantagem competitiva concreta; as que esperarem correm risco de exclusão de processos de compra e de exposição crescente a restrições comerciais baseadas em carbono”.

No Brasil, o destino turístico de Bonito em Mato Grosso do Sul segue a mesma lógica: o primeiro destino de ecoturismo do mundo a receber a certificação *Carbon Neutral*, onde o processo territorial impulsionou certificações individuais de empresas privadas, como a Estância Mimosa do Grupo Rio Prata, a primeira atração de ecoturismo *Climate Positive* do mundo. Esses casos mostram que a descarbonização de cadeias de valor não precisa ser um exercício top-down. Quando há um framework técnico claro, assistência acessível e certificação reconhecida internacionalmente, PMEs na ALC conseguem não apenas cumprir os requisitos climáticos emergentes, mas liderar pelo exemplo.



“No Brasil, o destino turístico de Bonito em Mato Grosso do Sul segue a mesma lógica: o primeiro destino de ecoturismo do mundo a receber a certificação Carbon Neutral”.

Fonte:

[1] Green Initiative. “Climate Mitigation Finance Guide: A Practical Framework for Financial Institutions.” 2026. Acesso em 05 de junho de 2026. <https://greeninitiative.eco/2026/06/03/climate-mitigation-finance-guide/>

Matheus Mendes é Gerente de Portfólio na Green Initiative, organização especializada em assessoria climática, certificação carbono neutro, inventários de gases de efeito estufa e estratégias de descarbonização, atuando a nível global em diferentes setores econômicos.

ILACC – BREVE PRESENTACIÓN

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos

O objetivo da Iniciativa Latino-Americana e do Caribe para o Desenvolvimento do Mercado de Carbono (ILACC) é promover a competitividade global da oferta de créditos de carbono gerados na região da América Latina e Caribe (LAC), fortalecendo as condições para futuros mercados voluntários e regulados e ampliando seu impacto na geração de emprego, renda, novas tecnologias, clusters de negócios verdes e combate à pobreza.

EVENTOS

Regional Dialogues on Planning-to-Investment – Latin America and the Caribbean. Virtual

2 - 18 de junho

<https://www.irena.org/Events/2026/Jun/Regional-Dialogues-on-Planning-to-Investment-Latin-America-and-the-Caribbean>

London Climate Action Week. Londres, UK.

20–28 de junho

<https://www.londonclimateactionweek.org/>

Carbon Free Summit 2026. Cubo Itaú, São Paulo, Brasil

30 de junho

<https://www.listadeeventos.com.br/evento/carbon-free-summit-2026-descarbonizacao-corporativa-sao-paulo>

São Paulo Climate Week. São Paulo, Brasil

Agosto

<https://www.spclimateweek.com.br/>

Conferência Brasileira Clima e Carbono (CBCC). Memorial da América Latina, São Paulo, Brasil.

27–28 de agosto

<https://nbsbrazilalliance.org/conferencia-brasileira-clima-e-carbono-2026/>

2nd Inter-Regional Exchange of Ministries of Finance for Climate Action. Salvador, Brasil

9–11 de setembro

<https://mailchi.mp/3223f28be2eb/1uiuibm1qz-18258891?e=9e9d6b7440>

Carbon Market Conference – Open Coalition on Compliance Carbon Markets. Wuhan, China

15 de setembro

<https://icapcarbonaction.com/en/news/eu-brazil-and-china-formally-launch-open-coalition-compliance-carbon-market>

Climate Week NYC, 20–27 de setembro. Nova York, EE. UU.

20 al 27 de septiembre

<https://www.climateweeknyc.org/>

17ª Conferência das Partes (COP17) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Yerevan, Armênia

19 - 30 de outubro

<https://armenia.un.org/en/289877-conference-parties-convention-biological-diversity-cop17>

31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31). Antalya, Turquia

9 al 20 de novembro

<https://unfccc.int/cop31/the-road-to-antalya>

1. Editorial

2. O que são Mercados Voluntários de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. O que são Mercados Regulados de Carbono?

Panorama Mundo

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

4. Matérias e notícias: Mundo

Artigo 1: Descarbonizar para Competir: Oportunidades para as PMEs da ALC

Artigo 2: O caso Microsoft: risco à integridade dos créditos?

5. Matérias E Notícias: ALC

Artigo 1: Consulta pública do CBAM propõe novas definições sobre o reconhecimento de preços de carbono pagos em países exportadores

Artigo 2: Artigo 6 Avança na América Latina e Caribe

6. Entrevistas

Entrevista 1: Competitividade, Inovação e Mercado de Carbono: Uma Agenda para o Desenvolvimento Nacional. Luan Santos e Ana Paula Machado Cavalcante

Entrevista 2: Descarbonização como Vetor de Competitividade para as PMEs da ALC. Matheus Mendes

7. Eventos

COMITÊ EDITORIAL:

Juan Carlos Elorza - Director CAF
Federico Vignati - Executivo Principal (Coordenação CAF)
Agustin Fregossi - Executivo Principal
Nelson Larrea - Executivo Principal
Luisa Rivas - Executiva Principal
Meyly Valdez - Executiva Principal
Octavio Carrasquilla - Executivo Principal
Marcelo dos Santos - Executivo Principal
Fernando Branger - Executivo Senior
Juan Odriozola - Economista Principal
Jaime Paz - Executivo Senior
Boris Olivas - Executivo Principal

EQUIPE TÉCNICA - UFRJ:

Emilio Lèbre La Rovere (Coordenação), D.Sc.
Thauan Santos, DSc.
Guido Penido, MSc.
Carolina Grangeia, MSc.
Sofia Carra, DSc

TRADUÇÃO:

Ruth Carola Mittrany (Centro Clima / COPPE / UFRJ)

DESENHO:

Tundra Taller Creativo | Tundra.pe

FOTOGRAFIA: Adobe Stock, Unsplash

PONTOS FOCAIS DA ILACC:

Emiliano Fernandez	AFD
Marcelo de Campos e Silva	Banco do Brasil
Gabriel Maceron Santamaria	Banco do Brasil
Maria Soledad Ovando Green	BANCOESTADO
Solange Andrea Encina Acosta	BANCOESTADO
Claudia Marcela Gutierrez Cardenas	BANCOLDEX
Maria Fernanda Manrique Diaz	BANCOLDEX
Ana Villalta	BANDESAL
Edna Ayala	BANDESAL
Maya Leon	BANDESAL
Ariel Zabala	BDP
Felipe Bellott	BDP
Pablo Mazzino	BICE
Claudia Pimentel Trindade Prates	BNDES
Lorena Sanchez Campanella	BROU
Andrea Plua	CFN
Maria Isabel Moncayo	CFN
Paul Bringas	COFIDE
Navin Dookeran	EXIMBANK
Yoganan Dipchan	EXIMBANK
Ashwin Hareesh Harpalani	ICO
Ivan Vicente Cornejo	NAFIN
Daniel Vazquez	NAFIN
Karen Garcia	NAFIN